

1Doc Tecnologia S.A.

Demonstrações financeiras individuais

31 de dezembro de 2025 e 2024



Informações da Companhia

Razão Social: 1Doc Tecnologia S.A.

CNPJ: 19.625.833/0001-76

NIRE: 42300048852

Avenida Luiz Boiteux Piazza, 1302, Lote 89

Cachoeira do Bom Jesus

CEP 88.056-000 – Florianópolis / SC



Conteúdo.

Informações da Companhia	2
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
1 Contexto operacional	13
2 Base de preparação e mensuração	15
3 Políticas contábeis materiais	16
4 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	24
5 Contas a receber de clientes	25
6 Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	26
7 Outros créditos	26
8 Mútuos concedidos	26
9 Imobilizado	27
10 Fornecedores	27
11 Obrigações e provisões trabalhistas	27
12 Obrigações tributárias	28
13 Imposto de renda e contribuição social	28
14 Outras obrigações	28
15 Provisão e depósitos judiciais	28
16 Partes relacionadas	29
17 Patrimônio líquido	30
18 Receita líquida de vendas	32
19 Custos dos serviços prestados	33
20 Despesas com vendas	33
21 Despesas gerais e administrativas	33
22 Outras receitas operacionais	33
23 Outras despesas operacionais	34
24 Resultado financeiro líquido	34
25 Imposto de renda e contribuição social	35
26 Benefícios fiscais	36



KPMG Auditores Independentes Ltda.
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas da

1Doc Tecnologia S.A.

Florianópolis – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da 1Doc Tecnologia S. A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da 1Doc Tecnologia S. A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 30 de abril de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SC-000071/F-8



Edson Rodrigues da Costa

Contador CRC PR-054199/O-0

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.779	4.702
Contas a receber de clientes	5	7.135	5.916
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6	357	89
Outros créditos	7	741	368
Total do ativo circulante		14.012	11.075
Depósitos judiciais	15	320	320
Cauções diversas		1	1
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.2	532	-
Mútuos concedidos	8	-	1.279
Imobilizado	9	722	517
Total do ativo não circulante		1.575	2.379
Total do Ativo		15.587	13.192

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	2025	2024
Fornecedores	10	1.435	1.067
Obrigações e provisões trabalhistas	11	3.607	2.464
Obrigações tributárias	12	1.070	926
Imposto de renda e contribuição social	13	1.091	187
Outras obrigações	14	152	135
Total do passivo circulante		7.355	4.779
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.2	-	242
Provisões para contingências	15	320	320
Outras obrigações	14	10	120
Total do passivo não circulante		330	682
Patrimônio líquido	17		
Capital social		100	100
Ações em tesouraria		(57)	(57)
Reservas de capital		4.295	4.295
Reservas de lucros		3.564	3.393
Total do patrimônio líquido		7.902	7.731
Total do passivo e patrimônio líquido		15.587	13.192

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita líquida de vendas	18	43.719	36.544
Custo dos serviços prestados	19	(17.122)	(13.221)
Lucro bruto		26.597	23.323
Despesas com vendas	20	(1.494)	(897)
Despesas gerais e administrativas	21	(15.786)	(13.234)
Provisão de perdas no recebimento de créditos		(19)	(41)
Outras receitas operacionais	22	164	120
Outras despesas operacionais	23	(1.345)	(55)
Lucro operacional		8.117	9.216
Receitas financeiras	24	138	378
Despesas financeiras	24	(192)	(162)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		8.063	9.432
Imposto de renda e contribuição social	25	(1.976)	(2.689)
Lucro líquido do exercício		6.087	6.743

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	6.087	6.743
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	6.087	6.743

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Nota	Reservas					Total
	Capital social	Ações em tesouraria	Capital	Legal	de Lucros	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	100	(57)	4.295	20	3.579	7.937
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.743	6.743
Dividendos distribuídos ref. lucros 2023	-	-	-	-	(3.579)	(3.579)
Dividendos distribuídos ref. lucros 2024	-	-	-	-	(3.370)	(3.370)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	100	(57)	4.295	20	3.373	7.731
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.087	6.087
Dividendos distribuídos ref. lucros 2024	-	-	-	-	(3.072)	(3.072)
Dividendos distribuídos ref. lucros 2025	17.2	-	-	-	(1.400)	(1.400)
Transação de capital com parte relacionada	8	-	-	-	(1.444)	(1.444)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	100	(57)	4.295	20	3.544	7.902

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa proveniente das operações			
Lucro líquido do exercício		6.087	6.743
Ajustes para:			
Depreciação	9	171	151
Juros incorridos		(15)	-
Provisão de perdas no recebimento de créditos	5.2	19	41
Imposto de renda e contribuição social	25.1	1.976	2.689
		8.238	9.624
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber de clientes	5	(1.238)	(1.194)
Impostos a recuperar		(27)	(17)
Outros créditos		(372)	(293)
		(1.637)	(1.504)
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores	10	368	285
Obrigações e provisões trabalhistas	11	1.143	744
Obrigações tributárias	12	(1.306)	224
Outras obrigações		(93)	157
		112	1.410
Recursos provenientes das atividades operacionais			
		6.713	9.530
Imposto de renda e contribuição social pagos		(638)	(2.682)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais			
		6.075	6.848
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	9	(376)	(205)
Mútuos concedidos	8	-(150)	(535)
Recursos líquidos usados nas atividades de investimentos			
		(526)	(740)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	16.2	(4.472)	(6.949)
Recursos líquidos usados nas atividades de financiamento			
		(4.472)	(6.949)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa			
		1.077	(841)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.702	5.543
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		5.779	4.702
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa			
		1.077	(841)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

Constituída em 28 de janeiro de 2014 como uma “Sociedade Anônima” domiciliada no Brasil, a 1Doc Tecnologia S.A. (“1Doc” ou “Companhia”) possui capital fechado. A Companhia tem sua sede social localizada no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Avenida Luiz Boiteux Piazza, 1302, Lote 89, Bairro Cachoeira do Bom Jesus, CEP 88.056-000.

A Companhia tem como objeto social (i) tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; (ii) consultoria em tecnologia da informação; (iii) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis; (iv) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; (v) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. A 1Doc é uma plataforma SaaS de processos digitais que conecta atendimento, comunicação e gestão documental em um só lugar, elimina o papel como veículo da informação, gera economia, preserva o meio ambiente e leva produtividade, controle e segurança para resolução das demandas do dia a dia de trabalho.

As soluções desenvolvidas pelo 1Doc são comercializadas no mercado nacional, com soluções que são referência de transformação digital nos setores público e privado.

1.1 Reorganização Societária

Em 31 de outubro de 2025, o grupo ao qual a 1Doc Tecnologia S.A. pertence concluiu um processo de reorganização societária, estruturado por meio de cisões parciais e cessões onerosas de participações societárias, com o objetivo de segregar as operações destinadas ao Setor Público e ao Setor Privado, promovendo maior foco estratégico e especialização operacional.

A reorganização decorreu de decisão estratégica comunicada ao mercado em dezembro de 2024, que previu a criação de estruturas organizacionais autônomas, com governança e direcionamento próprios, alinhados às características econômicas e operacionais de cada segmento.

Como resultado, o segmento do Setor Público, voltado a soluções de transformação digital da gestão pública (GovTech), passou a ser liderado pela Softplan Planejamento e Sistemas S/A, permanecendo a 1Doc integrada a esse segmento, sem alterações em suas atividades operacionais, objeto social ou estrutura funcional.

O processo foi implementado em etapas ao longo de 2025, com base em laudos de avaliação elaborados pelo método do patrimônio líquido contábil, aprovados em Assembleias Gerais Extraordinárias, envolvendo exclusivamente operações entre empresas do próprio Grupo.

Do ponto de vista contábil, a reorganização caracteriza-se como transação entre entidades sob controle comum, uma vez que o controle final do grupo permaneceu inalterado, sendo os respectivos efeitos registrados com base em valores contábeis históricos, sem reconhecimento de ganho ou perda e sem aplicação do método de aquisição. Não houve nenhum impacto contábil que impactou diretamente a Companhia em decorrência desta reorganização societária.

1.2 Reforma Tributária sobre o consumo

A Companhia acompanha os desdobramentos da Reforma Tributária sobre o Consumo, introduzida pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada, em seus principais aspectos operacionais, pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, a qual institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), além de criar o Comitê Gestor do IBS e estabelecer normas gerais aplicáveis ao novo modelo.

No exercício de 2025, como medida de adequação operacional e de conformidade, a Companhia aderiu à emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) no padrão nacional unificado, em decorrência da adoção antecipada, pelo Município de Florianópolis, do Sistema Nacional da NFS-e, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 28.647, de 15 de outubro de 2025. A Companhia passou a emitir NFS-e no padrão nacional a partir de 01/12/2025.

Para o exercício de 2026, estão em andamento adequações no ambiente tecnológico interno e nos processos fiscais, com o objetivo de suportar a convivência entre o regime tributário atual e o novo regime durante o período de transição, bem como atender às futuras exigências de apuração, escrituração e reporte relacionadas à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

O cronograma atualmente previsto pela legislação estabelece o seguinte:

- 2026 como fase inicial de implementação e testes;
- 2027 como início da substituição de PIS e COFINS pela CBS e redução gradual dos tributos atuais;
- 2028 a 2032 como período de transição com coexistência progressiva entre os regimes;
- 2033 como marco de conclusão da transição, com plena vigência do sistema baseado em CBS e IBS.

A Reforma Tributária poderá implicar investimentos adicionais em tecnologia da informação, consultoria especializada, revisão de processos e fortalecimento de controles internos, bem como ajustes em premissas orçamentárias e de precificação, considerando que a Companhia opera predominantemente sob o regime de Lucro Real, com parcela minoritária no Lucro Presumido. Adicionalmente, poderão ser requeridas adequações contratuais, incluindo atualização de cláusulas relacionadas a tributos, mecanismos de reequilíbrio econômico-financeiro, regras de reajuste e definição de responsabilidades tributárias, especialmente em contratos de longo prazo. Nesse contexto, a Companhia tem direcionado recursos à contratação de consultorias especializadas para apoiar a avaliação dos impactos operacionais, fiscais e financeiros decorrentes da Reforma Tributária.

A Companhia mantém processos e controles voltados ao monitoramento e à avaliação de riscos tributários, considerando alterações legislativas e seus potenciais efeitos, em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. No contexto da Reforma Tributária, não foram identificadas obrigações presentes decorrentes de eventos passados que atendam aos critérios de reconhecimento de provisões, razão pela qual não foram constituídas provisões de contingências especificamente relacionadas a esse tema.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Reforma Tributária não resultou em impactos relevantes mensuráveis sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia. A evolução da regulamentação e seus efeitos potenciais sobre processos, sistemas e obrigações fiscais permanecem sendo acompanhados, e eventuais impactos serão refletidos e divulgados nos períodos subseqüentes, quando aplicável e passíveis de mensuração confiável.

2 Base de preparação e mensuração

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as normas de contabilidade adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 30 de abril de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores, a mensuração e reconhecimento de certos ativos, passivos, receitas e despesas na data base das demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A determinação dessas estimativas críticas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens sujeitos a estimativas significativas incluem:

- (i) A identificação e valorização da provisão para litígios (nota [15](#));
- (ii) A determinação da vida útil dos ativos imobilizados (nota [3.2](#));
- (iii) As estimativas de valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos (nota [3.1](#)); e
- (iv) Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber ([nota 5.2](#)).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequente mensura ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio para gestão dos seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48, mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado da seguinte forma:

(i) Ativos e Passivos financeiros ao custo amortizado

Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Nesta categoria a Companhia classifica, principalmente, "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa", além de "fornecedores e outras contas a pagar.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

(iii) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(iv) Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

3.2 Imobilizado**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes para os dois exercícios apresentados:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos e aparelhos telefônicos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.3 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Provisão de perdas no recebimento de créditos

A política de constituição de provisão de perdas no recebimento de créditos, consiste em reconhecer os títulos vencidos acima de 90 dias para os clientes da iniciativa privada. Para os clientes da área pública, adota-se como critério para o reconhecimento da provisão, os títulos vencidos acima de 180 dias, adotando ainda o efeito vagão. A administração efetua a análise individual da carteira de contas a receber para verificar se não existe nenhuma exceção a premissa inicial, seja para constituição de provisão ou reversão.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras utilizadas na atividade operacional, não sujeitas a risco de mudança significativa de

valores e prontamente conversíveis em montante de caixa, no período inferior a 90 dias a contar da data de encerramento das demonstrações financeiras.

3.5 Provisão para contingências

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.6 Impostos

(i) Imposto de renda e contribuição social - Correntes

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido é apurado com base no lucro real.

- **Lucro Real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, quando aplicável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Ambos reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

- Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.
- Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas e serviços prestados, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas e serviços prestados.

O valor líquido dos impostos sobre vendas e serviços prestados, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e prestação de serviços das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto/Contribuição	Alíquota
PIS Programa de Integração Social	0,65%
COFINS Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,00%
ISSQN Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2,00%
CPRB Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	3,60%

3.7 Demonstrações dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 R2. Os juros pagos e recebidos são classificados como atividades de financiamento ou investimento, em função do evento gerador.

3.8 Receita de vendas

A receita de vendas é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, cancelamentos e impostos sobre as vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para

determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de contratos com clientes – Receita recorrente

A receita de software recorrente compreende: (i) assinatura de software, na qual os clientes possuem acesso ao software em sua versão mais recente; (ii) manutenção, suporte técnico e evolução tecnológica; e (iii) serviços, incluindo computação em nuvem e suporte ao cliente.

A receita recorrente é reconhecida no resultado ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, a partir da data em que os serviços e software são disponibilizados ao cliente e todos os demais critérios de reconhecimento são atendidos.

Receita de contratos com clientes – Receita não recorrente

A receita de software não recorrente compreende: (i) licenciamento, que transferem ao cliente o direito de uso do software por tempo indeterminados; e (ii) serviços de implantação e customização de softwares, serviços de consultoria e treinamento.

(i) Serviço de licenciamento é reconhecido quando todos os riscos e benefícios inerentes a licença são transferidos ao comprador mediante a disponibilização do software e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia.

(ii) As receitas de serviços de implementação e customização representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os custos são incorridos em relação ao total de custos esperados, realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa de recebimento do cliente. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber. As receitas de serviços de consultoria e treinamento são reconhecidas quando os serviços são prestados.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.9 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a) IFRS 18 – Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

3.10 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

3.10.1 Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Os valores contábeis dos principais ativos e passivos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Ativos Financeiros		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações	5.779	4.702
Contas a receber de clientes	7.135	5.916
Mútuo conversível	-	1.279
	12.914	11.897
Passivos Financeiros		
Fornecedores	(1.435)	(1.067)
	(1.435)	(1.067)
	11.479	10.830

3.10.2 Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Passivos financeiros	Menos de um ano
Em 31 de dezembro de 2025	
Fornecedores	1.435
Em 31 de dezembro de 2024	
Fornecedores	1.067

3.10.3 Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Companhia os quais podem provocar alterações nas receitas da Companhia. Para mitigar esses riscos a Companhia monitora permanentemente essas oscilações.

3.10.4 Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

3.10.5 Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da

Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e/ou danos à reputação da Companhia.

A responsabilidade primaz para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e se aproximam de seu valor justo.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- Contas a receber, outros créditos, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

3.10.6 Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Para gestão do capital, a administração efetua o acompanhamento dos seguintes indicadores:

- Grau de endividamento;
- Capital circulante líquido e índice de liquidez corrente;
- Avaliação das disponibilidades de caixa no curtíssimo prazo;

4 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2025	2024
Contas correntes	2	2.573
Aplicações Financeiras até 90 dias	5.777	2.129
	5.779	4.702

4.1.1 Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Compromissadas e Fundos DI e Renda Fixa, com rendimentos que variam em média 103,54% do CDI (91% e 107% do CDI em 31 de dezembro de 2024). As aplicações financeiras com vencimento imediato são conversíveis em montante conhecido de caixa, não estão sujeitas a risco de mudança

de valores e são mantidas para atividades operacionais da Companhia e, por essa razão, são consideradas equivalentes de caixa.

A Companhia revisou o CPC 03 e definiu que todas as aplicações financeiras que possuem risco insignificante de mudança de valor e que não possuem carência são caixa e equivalentes.

5 Contas a receber de clientes

	2025	2024
Receitas faturadas	4.743	4.309
Receitas a faturar	2.455	1.651
(-) Perda esperada com créditos	(63)	(44)
	7.135	5.916

As contas a receber de clientes são reconhecidos pelo valor nominal e deduzidos da estimativa de perdas esperadas, a qual é constituída utilizando o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas.

5.1 Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento

	2025	2024
<i>Aging list</i>		
A vencer	5.736	5.417
Vencidos:	1.399	499
De 1 a 30 dias	724	281
De 31 a 60 dias	219	146
De 61 a 90 dias	189	49
De 91 a 180 dias	207	23
De 181 a 360 dias	92	42
Acima de 360 dias	31	2
Provisão para perdas esperadas com créditos (PEC)	(63)	(44)
	7.135	5.916

5.2 Perda esperada com créditos (PEC):

Saldo PEC 2023	(1)
Entradas	(141)
Saídas	98
Saldo PEC 2024	(44)
Entradas	(91)
Saídas	72
Saldo PEC 2025	(63)

Os critérios para constituição da PEC são baseados na avaliação individual da situação de cada cliente e na experiência real de perda de crédito verificado nos últimos anos, diretamente associado ao período de inadimplemento dos títulos não pagos, ou seja, quando há evidências claras da perda incorrida.

Os critérios para constituição de PEC são segmentados por setor de atuação da Companhia. Para o setor privado é constituído PEC para os títulos vencidos acima de 90 dias e para os clientes do setor público, adota-se como critério para o reconhecimento da PEC os títulos vencidos acima de 180 dias.

6 Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar

	2025	2024
IRRF a compensar	337	89
CSLL a compensar	20	-
	357	89

7 Outros créditos

	2025	2024
Adiantamento a fornecedores	275	63
Adiantamento a funcionários	77	13
Seguros	-	1
Assinaturas e anuidades (i)	389	291
	741	368

(i) Os valores das despesas antecipadas referem-se a assinaturas de uso de software para execução das atividades da Companhia.

8 Mútuos concedidos

	2025	2024
Mútuo conversível a Placarsoft	-	1.279
	-	1.279

Os valores decorrentes dos contratos de mútuo foram integralmente destinados ao financiamento de projetos de expansão das atividades da Sociedade e ao desenvolvimento de suas operações e negócios. Os contratos previam atualização monetária pela variação do IPCA-IBGE, com datas de vencimento compreendidas entre 16 de janeiro de 2028 e 4 de setembro de 2028.

Nos termos contratuais, a Companhia detinha a opção de converter o valor total do mútuo em quotas representativas do capital social da Placarsoft, a ser exercida durante o prazo de vigência dos contratos, mediante notificação formal às partes envolvidas.

Em 2025, no contexto do exercício da opção de compra da participação societária remanescente da Companhia por sua controladora, foi autorizada a cessão do

contrato de mútuo, como parte integrante da negociação entre a Controladora (“adquirente”) e o acionista minoritário alienante.

A referida cessão, no montante de R\$ 1.444, resultou na baixa integral do ativo registrado a título de mútuo, reconhecida diretamente no patrimônio líquido, por caracterizar-se como transação de capital com acionistas, sem impacto no resultado ou no caixa do exercício, conforme evidenciado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

9 Imobilizado

	Computadores e periféricos	Total
Taxa média anual de depreciação	20%	
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2023	463	463
Adições	205	205
Depreciação	(151)	(151)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2024	517	517
Adições	376	376
Depreciação	(171)	(171)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2025	722	722

10 Fornecedores

	2025	2024
Feiras e eventos	-	390
Benefícios a empregados	117	52
Serviços de terceiros	183	71
Servidores e data center	773	398
Cursos e treinamentos	150	-
Periféricos e intangíveis	48	-
Assessoria Jurídica	140	-
Outros fornecedores a pagar	24	156
	1.435	1.067

11 Obrigações e provisões trabalhistas

	2025	2024
Salários a pagar	682	594
Rescisões a pagar	4	1
INSS a recolher	202	130
FGTS a recolher	56	106
Gratificações trabalhistas a pagar	1.129	406
Provisões de férias	1.443	1.226
Outras obrigações	91	1
	3.607	2.464

12 Obrigações tributárias

	2025	2024
ISS a recolher	97	85
PIS a recolher	35	30
COFINS a recolher	155	138
INSS s/ faturamento a recolher	180	198
IRRF a recolher - (PF)	363	301
Impostos a recolher ajustes <i>cut-off</i> (i)	227	168
Outros impostos a recolher	13	6
	1.070	926

(i) Pis a recolher, Cofins a recolher, CPRB e ISS a recolher relacionados aos impactos do ajuste da receita por competência (*cut-off*). Em 2021 usada a terminologia "PIS, COFINS e ISS".

13 Imposto de renda e contribuição social

	2025	2024
Imposto de renda a recolher	338	101
Contribuição social a recolher	753	86
	1.091	187

14 Outras obrigações

	2025	2024
Adiantamento de clientes	66	-
Licenças, associações e mensalidades para uso software	28	128
Despesas com viagens	-	7
Obrigações com contratos Bradesco	10	120
Outras obrigações	58	-
	162	255
Circulante	152	135
Não circulante	10	120

15 Provisão e depósitos judiciais

A Companhia mantém provisões para contingências cíveis (reajustes contratuais), cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco provável pelos assessores jurídicos internos e externos. A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais.

	2025	2024
Ações administrativas (i)	320	320
	320	320

(i) O valor lançado corresponde a multa fixada por suposto descumprimento da liminar, pois o magistrado entendeu que a 1Doc descumpriu ordem judicial. Destaca-se que a liminar está sendo discutida a questão da incompetência do juízo que determinou a multa para a 1Doc, de forma que está pendente o voto de um desembargador para determinar a remessa do processo para Florianópolis, assim, caso o processo venha para Florianópolis, serão reanalisadas as decisões proferidas em João Pessoa. Atualmente a discussão está em sede de Agravo de Instrumento.

A companhia é parte em um processo judicial classificado como de risco de perda possível, no valor de R\$ 108 (R\$ 108 em 2024), conforme avaliação de seus assessores jurídicos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, contingências com essa classificação não são registradas contabilmente, sendo apenas divulgadas em nota explicativa. A administração da companhia, com base na orientação de seus advogados, acompanha regularmente a evolução do processo e acredita que, neste momento, não há necessidade de provisão contábil, uma vez que a chance de perda é considerada possível e não provável.

A Companhia não tem outras ações envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis.

16 Partes relacionadas

16.1 Remuneração da administração

Em 2025, foi pago a título de remuneração aos diretores da Companhia o montante de R\$ 421 (R\$ 412 em 2024). Em 04/2025 um dos diretores renunciou ao cargo.

	2025	2024
Número de membros	2	3
Número de membros remunerados	2	3
Valor da remuneração individual	210	137

Em 2025 e 2024, a Companhia optou pela desoneração da folha de pagamento, recolhendo a contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB). Desta forma, não há incidência de encargos por parte da Companhia.

A Companhia realizou a cessão do direito creditório referente a contrato de mútuo conversível em participação societária, originalmente celebrado em 20 de dezembro de 2022, para parte relacionada, nos termos da definição prevista no CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

A referida cessão envolveu o montante de R\$ 1.444 e foi formalizada conforme os instrumentos contratuais aplicáveis. A operação resultou na baixa integral do ativo registrado a título de mútuo, reconhecida diretamente no patrimônio líquido, por caracterizar-se como transação de capital com acionistas, sem impacto no resultado ou no caixa do exercício.

Não remanescem, após a data da operação, direitos ou obrigações da Companhia relacionados ao referido mútuo.

Capital Social

	Ordinárias		Preferenciais	
	2025	2024	2025	2024
Saldo Inicial	95	95	5	5
Ações emitidas no ano	-	-	-	-
Saldo Final	95	95	5	5

Ações em Tesouraria

	2025	2024
Saldo Inicial	(57)	(57)
Saldo final	(57)	(57)

17.2 Distribuição de lucros

O dividendo obrigatório anual é de 25% sobre o lucro líquido apurado após a constituição de reservas. Os acionistas fazem jus ao recebimento, proporcionalmente à participação de cada um no capital social da Companhia.

Para o exercício de 2024, o mínimo obrigatório foi de R\$ 1.686, no entanto em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de outubro de 2024 e, a administração deliberou pela destinação de R\$ 3.370, ou seja, acima do mínimo obrigatório. O restante, no montante de R\$ 3.393 ficou em reserva de lucros. Portanto, o total pago referente distribuição de lucros em 2024 foi de R\$ 6.949. Visto que uma parte deste valor pago em 2024, referia-se a dividendos de 2023, que foram pagos somente em 2024.

Para o exercício de 2025, foi deliberada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 4.472, sendo R\$ 3.072 referentes a lucros do exercício de 2024 e R\$ 1.400 referentes a lucros do próprio exercício de 2025. Considerando que o dividendo mínimo obrigatório para 2025 é de R\$ 1.522, verifica-se que o montante distribuído no exercício não atingiu integralmente esse mínimo, permanecendo o saldo de R\$ 122 a ser deliberado para distribuição no exercício de 2026.

	2025	2024
Lucro líquido	6.087	6.743
Reserva Legal (5%)	-	-
Lucro líquido ajustado após reservas	6.087	6.743
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	1.522	1.686

17.3 Reserva de capital

O grupo de reservas é composto pela Reserva de Ágio na Emissão de Ações, constituída após aportes da Softplan S.A. realizado em exercícios anteriores, sem que houvesse consequente aumento de participação acionária. Seu saldo soma o montante de R\$ 4.295 em 2025 e 2024.

17.4 Reserva legal

A Companhia adota o percentual definido pelo Art. 193 Lei 6.404/1976 para constituição da Reserva Legal, resultante da aplicação da alíquota de 5% sobre o lucro auferido do exercício, após as compensações de prejuízos acumulados.

Limitada em 20% do capital social, atualmente o teto da reserva é R\$ 20. A movimentação da Reserva Legal não ocorreu, pois, a companhia já atingiu o teto supracitado.

17.5 Reserva de lucros

O valor dos lucros não distribuídos aos acionistas é destinado para a conta de reserva de lucros.

	2025	2024
Reserva de lucros	3.544	3.373
Saldo Final	3.544	3.373

18 Receita líquida de vendas

A Companhia adota premissas que permitam evidenciar com clareza a natureza, o valor, a época a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contratos com clientes. As receitas reconhecidas no resultado do exercício representam a contraprestação pecuniária decorrente da transferência de serviços prometidos a clientes que estejam comprometidos em cumprir com suas respectivas obrigações.

	2025	2024
Receita com serviços prestados	48.165	40.675
Deduções da receita	(4.446)	(4.131)
Receita operacional líquida	43.719	36.544

As deduções da receita são tributos indiretos sobre o faturamento, detalhados conforme segue:

	2025	2024
INSS	1.725	1.836
COFINS	1.445	1.218
ISS	962	813
PIS	313	264
	4.445	4.131

19 Custos dos serviços prestados

	2025	2024
Custos com pessoal	(8.524)	(6.940)
Custos com viagens	(669)	(446)
Servidores e <i>data center</i>	(5.343)	(3.841)
Licenças, assoc. e mensalidades para uso de <i>software</i>	(2.448)	(1.882)
Infraestrutura de TI	(128)	(101)
Demais custos	(10)	(11)
	(17.122)	(13.221)

20 Despesas com vendas

	2025	2024
Assessoria e consultoria	(309)	(115)
Comissões sobre vendas	(1.185)	(782)
	(1.494)	(897)

21 Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Despesas com pessoal	(11.779)	(9.148)
Despesas com TI e comunicação	(835)	(801)
Despesas com viagens	(1.659)	(622)
Despesas com serviços de terceiros	(1.012)	(753)
Despesas com eventos	(119)	(1.640)
Depreciação	(182)	(151)
Outras despesas administrativas	(200)	(119)
	(15.786)	(13.234)

22 Outras receitas operacionais

	2025	2024
Outras receitas	110	120
Verba de patrocínio	54	-
	164	120

23 Outras despesas operacionais

	2025	2024
Cancelamentos extemporâneos	-	(16)
Despesas tributárias	(17)	(39)
Perda efetiva com clientes	(134)	-
(-) Recuperação de crédito incobráveis	-	2
Despesas de compartilhamento de custo corporativo - <i>intercompany</i>	(1.162)	-
Outras despesas operacionais	(32)	(2)
	(1.345)	(55)

24 Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	82	276
Juros ativos	56	102
	138	378
Despesas financeiras		
Despesas com tarifas bancárias	(15)	(12)
Juros/multas	(21)	(36)
IOF	(13)	(9)
Descontos concedidos	(143)	(105)
	(192)	(162)
Resultado financeiro líquido	(54)	216

25 Imposto de renda e contribuição social

25.1 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	2025	2024
Resultado de operações continuadas antes dos impostos	8.063	9.432
Alíquota básica	34%	34%
Despesa calculada pelas alíquotas fiscais (Adições) e exclusões permanentes	(2.741)	(3.207)
Incentivos fiscais	619	469
Outras adições e exclusões	112	(12)
Benefícios fiscais	34	61
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	(1.976)	(2.689)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.750)	(2.697)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	774	8
Taxa efetiva	24,51%	28,51%

25.2 Composição dos tributos diferidos

A Companhia possui créditos tributários decorrentes das adições e exclusões temporárias. As bases de cálculo dos impostos diferidos estão demonstradas a seguir:

	2025	2024
Benefícios de empregados	383	138
Receita diferida	-	(504)
Processos trabalhistas e cíveis	109	109
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22	15
Outras provisões	18	-
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo líquido	532	(242)

A Companhia está apresentando o imposto de renda e contribuição social diferidos de forma líquida no ativo não circulante ou passivo não circulante.

26 Benefícios fiscais

A Companhia detém benefícios fiscais concedidos pelo governo Federal, em função da atividade de serviços de Tecnologia da Informação (TI) através da Lei do Bem.

26.1 Lei do bem

Benefício baseado na Lei n.º Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, conhecida como Lei do Bem, referente a incentivos fiscais que as pessoas jurídicas podem usufruir de forma automática e abater diretamente da base do Imposto de Renda, desde que realizem pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica e submeta relatório anual para validação anual do MCTI. Em 2025 da Companhia investiu em projetos de inovação, pesquisa e desenvolvimento um total de R\$ 1.821 e em 2024 R\$ 1.379. A demonstração do benefício gerado referente ao montante investido está detalhada abaixo:

	2025	2024
Serviços em projetos de Lei do Bem	2.276	1.724
Incremento	80%	80%
Total investido em projetos de inovação, pesquisa e desenvolvimento	1.821	1.379
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Benefício fiscal	619	469

